

Brasília, 08 de abril de 2026

Seleção

Sumário

Migalhas

Terça-feira, 07 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

MIGALHAS nº 6.323	3
--------------------------------	----------

MSN Notícias

Terça-feira, 07 de abril de 2026 | Patentes

Uma potência da inovação: os números que mostram a China na vanguarda da ciên... ..	9
--	----------

Folha.com

Terça-feira, 07 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

INPI decide que Mondelez perdeu marcas Ploc e Ping Pong	11
--	-----------

Congresso em Foco

Terça-feira, 07 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

O futuro das indicações geográficas no patrimônio alimentar	12
--	-----------

Hoje em Dia - Online

Terça-feira, 07 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

Atlético e Galo da Madrugada fecham acordo e encerram disputa judicial por marc... ..	14
--	-----------

MIGALHAS nº 6.323

Terça-Feira, 7 de abril de 2026 - Migalhas nº 6.323.

Fechamento às 07h48.

"No nascimento somos filhos de nossos pais, na ressurreição seremos filhos de nossas obras."

Padre Antonio Vieira

Birth tourism

A Suprema Corte dos EUA analisa a constitucionalidade de decreto de Donald Trump que restringe a cidadania automática a filhos de imigrantes nascidos no país. A medida, editada no início de 2025, exclui da nacionalidade crianças cujos pais não sejam cidadãos ou residentes permanentes, sob o argumento de conter o chamado "birth tourism" (turismo de nascimento). Contestada por Estados e entidades civis, a norma foi suspensa por juízes federais e acabou levada ao crivo da Corte, onde se discute possível afronta à 14ª Emenda - base histórica do jus soli americano. ()

Birth tourism - II

Na última semana, a Suprema Corte ouviu sustentações orais - com a presença do próprio Trump no plenário, gesto inédito, já que chefes do Executivo nunca acompanharam, tão de perto, julgamentos na Corte. Durante a sessão, o governo defendeu a revisão da interpretação tradicional da cidadania por nascimento, enquanto ministros, inclusive da ala conservadora, demonstraram resistência à tese. A frase do presidente da Corte, John Roberts, sintetizou o momento: "É um novo mundo, mas é a mesma Constituição." ()

Em pauta

O mês de abril promete movimentar o plenário do STF. Na pauta, temas que atravessam diferentes frentes institucionais - das eleições no Rio de Janeiro à quebra de sigilo digital, passando por nepotismo e desoneração da folha. Veja a pauta completa. ()

Poder do povo

Artigo assinado por juristas põe lupa sobre a sucessão no Rio. Na véspera de ser alcançado pela cassa-

ção no TSE, o então governador Cláudio Castro renunciou. A leitura dos autores é direta: a manobra buscaria deslocar a escolha do sucessor do eleitorado para a Assembleia Legislativa Fluminense. Invo-cando precedente do STF (ADIn 5.525), eles sustentam que, havendo cassação com mais de seis meses de mandato, a saída é uma só: eleições diretas. Em bom português, não cabe atalho institucional para contornar o voto. O apelo ao STF é para que reafirme o óbvio: soberania popular não se substitui. ()

Sem abdicar

A propósito da nota acima, hoje é o "Dia da Abdicação". A memória remete à renúncia de Dom Pedro I, em 1831, quando deixou o trono em meio a pressões políticas e crise institucional. No mesmo Rio de Janeiro, quase dois séculos depois, a discussão agora é ao contrário: não querem abdicar do direito de escolher seus governantes.

Fiscaliza, ou faz que fiscaliza?

Ministro Flávio Dino convocou audiência pública para 4 de maio visando debater a relação entre o volume arrecadado pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, que chega a bilhões, e a capacidade fiscalizatória da autarquia. ()

Justiça gratuita

STF analisa, em plenário virtual, critérios para concessão da gratuidade na Justiça do Trabalho. Com placar de 2 a 1, ministros Gilmar Mendes e Cristiano Zanin propõem alguns critérios, como a necessidade de comprovação da hipossuficiência; sugerem, ainda, que a adoção dos parâmetros seja ampla, devendo valer a todo o Judiciário. Entenda os votos. ()

Encontro marcado

Talvez o processo acima não seja o mais adequado, e o plenário virtual tampouco pareça o foro ideal para enfrentar tema tão sensível quanto a gratuidade no Judiciário. O fato, porém, é que há um encontro marcado com essa discussão. Os juizados especiais, concebidos para ampliar o acesso à Justiça, acabam

por, em certos casos, abrir as portas ao abuso. Hoje, não há risco relevante para quem resolve, por exemplo, acionar judicialmente todos os internautas que curtiram ou comentaram um post considerado ofensivo. E, leitor cético, não duvide: isso já acontece. E não é pouco.

Educação inclusiva

STF reconheceu repercussão geral para decidir se o Estado deve garantir matrícula de aluno com deficiência em escola de tempo integral próxima de casa ou, na falta de vaga, custear instituição privada. ()

Ciência X Religião

Ministro Fachin pediu destaque e suspendeu o julgamento de ações que discutem norma do Conselho Federal de Psicologia sobre o uso de religião na prática profissional. ()

!!!

CNDH - Conselho Nacional dos Direitos Humanos acionou a OAB e o TJ/PB para apurar as manifestações de magistrado e advogado que elogiaram o golpe de 1964 no último dia 31. ()

Combate à discriminação

6ª turma do STJ manteve decisão que negou a suspensão condicional do processo a réu acusado de compartilhar conteúdos discriminatórios contra muçulmanos. O colegiado entendeu que a conduta, equiparada ao crime de racismo religioso, justifica resposta penal mais rigorosa. ()

O estudo compensa

Ministro Alexandre de Moraes reduziu em 100 dias a pena do hacker Walter Delgatti Neto pela sua aprovação no Enem 2025. ()

A pena

Condenado a mais de 8 anos de prisão, o hacker Walter Delgatti Neto invadiu sistemas do CNJ e chegou a inserir documentos falsos, inclusive um mandado de prisão contra o próprio Moraes. O caso também envolve a ex-deputada Carla Zambelli, apontada como articuladora das ações.

Reação desmedida

Após reagir com tiros e granadas à equipe policial que cumpria mandado de prisão em 2022, Roberto Jefferson foi condenado agora a indenizar em R\$ 200 mil uma agente da PF ferida na operação. ()

Expectativa frustrada

TST condenou empresa a indenizar técnico de segurança do trabalho dispensado no mesmo dia em que pediu demissão do emprego anterior para assumir a nova vaga. ()

Sem aviso e sem motivo

Juíza determinou o restabelecimento da conta do WhatsApp Business do escritório de advocacia, bloqueada sem justificativa. ()

Swiftie

Após horas de fila, fãs de Taylor Swift serão indenizados por cancelamento de show. ()

Erro médico

TJ/SP condenou hospital a indenizar em R\$ 100 mil gestante que perdeu os filhos gêmeos após erro médico. ()

Sem dolo

Juiz afastou dolo em morte após procedimento com fenol e desclassificou o caso para homicídio culposo, retirando-o do Tribunal do Júri por ausência de prova de assunção do risco pela acusada. ()

Colunas

Questão de Direito

Ao examinar o Tema 1.299 do STJ, Teresa Arruda Alvim, Maria Lúcia Lins Conceição e Caio Victor Ribeiro dos Santos apontam que a Corte da Cidadania evitou uma definição ampla sobre a relativização da coisa julgada, adotando solução restrita. ()

Insolvência em Foco

A insolvência transnacional expõe entraves relevantes ao rastreamento de ativos, especialmente diante de estruturas complexas e do uso de criptoativos. João de Oliveira Rodrigues Filho destaca a necessidade de articulação entre instrumentos internacionais e os limites práticos dessa atuação. ()

Direitos Humanos em pauta

O endurecimento promovido pela nova lei antifacção suscita dúvidas quanto à sua compatibilidade com parâmetros internacionais de direitos humanos. Mariana Dias da Silva aponta possíveis violações estruturais decorrentes da restrição de garantias na execução penal. ()

Migalhas de Responsabilidade Civil

O falecimento de Paolo Cendon reacende o debate sobre sua contribuição ao Direito Civil. Romualdo Baptista dos Santos e Guilherme Augusto Giroto

analisam o legado do jurista, do dano existencial à centralidade da dignidade humana. ()

Migalhas de Direito Privado Estrangeiro

A renúncia antecipada à herança no Direito alemão revela tensões entre autonomia privada e proteção de herdeiros necessários. Carlos E. Elias de Oliveira analisa os limites impostos pela tutela do cônjuge e pelas regras da legítima. ()

IA em movimento

A Califórnia passa a exigir padrões de segurança e governança de empresas de IA que contratam com o Estado, reforçando o avanço regulatório sobre o setor. O modelo, apresentado por Fabio Rivelli, evidencia impactos relevantes nas relações com o poder público. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

Migalhas de peso

- "Autismo e previdência privada: o Direito mudou. E agora?", por Arthur Mendes Lobo (Wambier, Yamasaki, Bevervanço & Lobo Advogados). ()

- "O silêncio do processo administrativo: Por que alguns vistos dos EUA ficam anos sem resposta", por Witer Desiqueira (Witer, Pessoni & Moore an International Law Corporation). ()

- "Lei 14.133/21: Cinco anos de um regime em construção", por Rodrigo Goulart de Freitas Pombo (Justen, Pereira, Oliveira & Talamini - Advogados Associados). ()

- "Onde todos são culpados, ninguém o é (Hanna Arendt) - Os desafios da identificação do nexo causal na responsabilidade civil ambiental pelos danos climáticos", por Marcelo Abelha Rodrigues (Cheim Jorge & Abelha Rodrigues - Advogados Associados). ()

- "Previdência privada: Uma década de avanços no STJ", por Pedro Diniz da Silva Oliveira (Bocater Advogados). ()

- "Pão e circo: As eleições de 2026 e o desafio de preservar a substância da democracia", por Clodoaldo Moreira dos Santos Júnior (CAMES). ()

- "Planejamento sucessório sem liquidez expõe famílias e empresas e seguro de vida ganha papel estratégico", por Izabela Rücker Curi (Rücker Curi Advocacia e Consultoria Jurídica). ()

- "Precatórios fora da meta aliviam o discurso, mas não resolvem o problema fiscal", por Bruno Medeiros Durão (Durão, Almeida & Pontes Advogados Associados). ()

- "A arte da guerra e a mentalidade SEAL aplicadas à advocacia - análise estratégica", por Stanley Martins Frasso (Homero Costa Advogados). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Falecimento

Faleceu, no dia 2 de março, o advogado Luiz José Bueno de Aguiar, conhecido como Lulinha. Formado pela Faculdade de Direito da USP (Turma de 1976), teve atuação marcante na defesa da advocacia ao presidir a Comissão de Direitos e Prerrogativas da OAB/SP. Também se dedicou a iniciativas de inclusão financeira, colaborando com projetos de criação e implementação de microcrédito junto à ABCred. Lulinha foi ainda um dos criadores da Fundação Perseu Abramo, vinculada ao Partido dos Trabalhadores.

Baú migalheiro

Há 195 anos, em 7 de abril de 1831, foi expedido decreto que nomeou José Bonifácio de Andrada e Silva tutor dos príncipes do Império do Brasil, entre eles o futuro Dom Pedro II. A medida ocorreu logo após a abdicação de Dom Pedro I, no mesmo dia, e integrou o processo de organização do período regencial. José Bonifácio, figura central da Independência, foi escolhido por sua experiência política e prestígio, assumindo a responsabilidade pela formação e educação do herdeiro do trono. A nomeação reforçou seu papel como um dos principais articuladores da transição política do Império, influenciando diretamente os primeiros anos da formação de Dom Pedro II e a consolidação da monarquia brasileira. (Compartilhe)

Sorteio

Fique atento e participe do sorteio da obra "Contratos de Transferência de Tecnologia" (Editora Lumen Juris Direito, 238p.), escrita por Livia Barboza Maia (Denis Borges Barbosa Advogados). A publicação revisita a função social dos contratos e critica acordos que ignoram o desenvolvimento tecnológico. ()

Novidades

O Instituto Dannemann Siemsen, mantido pelo Dannemann Siemsen, lançou ontem a segunda edição do "Relatório Anual de **Propriedade Intelectual** - Brasil 2025". A publicação reúne os principais dados, desenvolvimentos legislativos, decisões judiciais e notícias relevantes que marcaram o cenário da **propriedade intelectual** no país ao longo do último ano. () Grupo GEN lança a "Escola de Civilistas", com Flávio Tartuce, voltada à atualização contínua em Direito Civil. () Mattos Filho divulga a 3ª edição do "Pulso", com os resultados do escritório em 2025. () Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogados divulgou informações sobre "Nota Técnica da Receita detalha redução de benefícios de PIS/COFINS da LC 224/25". () Pinheiro Neto Advogados divulgou "Alerta: Novas modalidades de transação com autarquias e fundações públicas federais" (); divulgou também edição do "PN Tributário". ()

Migalhíssimas

Martinelli Advogados e BRATECC realizam dia amanhã, em Houston/Texas, o seminário "Exploring the Equatorial Margin - Opportunities and Challenges". () Amanhã, Laís de Figueirêdo Lopes (Szazi, Bechara, Storto, Reicher e Figueirêdo Lopes Advogados) participa do seminário nacional "Transparência e Governança Pública: o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) e o Portal da Transparência dos Comitês de Cultura", na UFPR, em Curitiba. Vice-presidente do Conselho Nacional de Fomento e Colaboração, Laís integrará a mesa "Prestação de contas orientada por objeto: fundamentos e desafios na implementação prática do MROSC", das 10h15 às 12h15. Presidente da OAB/RJ, Ana Tereza Basilio (Basilio Advogados) vai proferir a palestra de abertura do "Treinamento Permanente em LGPD", com o tema "LGPD aplicada aos condomínios". Amanhã, às 12h, pelo canal do YouTube mentoriaoabrj. () Édis Milaré (Milaré Advogados) participa do "I Congresso Brasileiro da Advocacia da Construção Civil", dias 16 e 17/4, em Balneário Camboriú/SC. O advogado integra o "Palco Advocacia Ambiental". () O "Seminário Internacional de Direito Penal", realizado pelo escritório Oliveira e Olivi Advogados Associados, FADI e AIDP, reúne, dias 23 e 24/4, em Sorocaba/SP, juristas e acadêmicos para debater os principais desafios da Justiça criminal. () De 2 a 6/5, a área de **Propriedade Intelectual** do escritório Pinheiro Neto Advogados

estará presente no "Congresso Anual da International Trademark Association - Inta". O evento deste ano foca em temas como regulamentação da IA, estratégias transfronteiriças de proteção de marcas e monetização de ativos de PI. Representando o escritório, os sócios José Mauro Decoussau Machado e Carlos Strasburg, ao lado do consultor Marcio Junqueira Leite, levarão experiência técnica ao centro do debate global sobre PI. () A Comissão Especial de Arbitragem do Conselho Federal da OAB, que tem como presidente Gilberto Giusti (Pinheiro Neto Advogados), definiu agenda de prioridades para 2026 com criação de grupos temáticos, IA e foco na qualificação em arbitragem. () No domingo de Páscoa, o professor Gilberto Garcia, presidente da Comissão de Direito e Liberdade Religiosa do IAB, palestrou durante o lançamento da obra "Direito Religioso: O Exercício da Fé sob o Crivo da Lei e da Jurisprudência", na Catedral das Assembleias de Deus em Madureira, no Rio de Janeiro. CAM-CCBC - Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá recebeu um prêmio internacional, destacando-se entre instituições arbitrais globais. ()

Código Civil

Durante a semana, o IAB realiza debates sobre a reforma do Código Civil. Os aspectos polêmicos serão apresentados por Flávio Tartuce, relator-geral do anteprojeto. Os encontros são transmitidos pela TV IAB, no YouTube. ()

Responsabilidade Civil

AASP realiza, nos dias 9 e 10/4, a partir das 9h30, o curso "IV Congresso de Responsabilidade Civil - Atualidades e Tendências do Século XXI", em SP e com transmissão online. ()

LL.M. da FGV Rio

FGV Direito Rio está com inscrições abertas para o "LL.M. em Direito Criminal Contemporâneo", voltado à análise prática dos desafios atuais do sistema penal. Inscreva-se! ()

Capacitação jurídica

No dia 18/4, das 8 às 18h, o CJA/CBMA, com apoio institucional do CEDES, promove o "Bootcamp de Arbitragem Doméstica". O evento será realizado presencialmente na sede do Ibrawork, com inscrições até 10/4. ()

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

AL/Boca da Mata

BA/Cruz das Almas

BA/Itacaré

BA/Maraú

BA/Sapeaçu

PI/São João do Piauí

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"World Is Perilously Low on Lifesaving Weapon"

The Washington Post - EUA

"A new frontier for human space travel"

Corriere della Sera - Itália

"Usa-Iran, trattativa e minacce"

Clarín - Argentina

"Día clave para la guerra: vence el ultimátum de EE.UU. y Trump promete 'arrasar todo Irán'"

El País - Espanha

"La humanidad viaja más lejos que nunca"

Público - Portugal

"Estado proibido de cobrar custas a quem fique abaixo do salário mínimo"

Die Welt - Alemanha

""Lebendige Hölle" gegen "Wartet nur ab""

The Guardian - Inglaterra

"Trump says Iran 'can be taken out in one night' as peace talks falter"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Missão da Nasa leva humanos mais longe do que jamais estiveram"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Lula amplia subvenção a diesel e zera tributo de querosene de avião"

O Globo - Rio de Janeiro

"Governo anuncia subsídio a gás de cozinha e diesel e socorro a aéreas"

O Estado de Minas - Minas Gerais

"Ele destruiu uma família inteira"

Correio Braziliense - Brasília

"Diesel, gás e aéreas têm ajuda contra alta de preço"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Edificação em risco desaba com a chuva e causa mortes"

Uma potência da inovação: os números que mostram a China na vanguarda da ciência e tecnologia mundial



A cada ano que passa, a China tem consolidado cada vez mais como uma potência no mundo da ciência e tecnologia. O avanço dos trens de alta velocidade, redes 6G e robótica mostram que o país parece viver no futuro.

Isso, no entanto, é fruto de forte investimento em pesquisa e desenvolvimento. Os dados mais recentes mostram como o país se consolidou como líder mundial em produção científica e tecnológica. E a ideia dos chineses a partir do 15º Plano Quinquenal é acelerar o investimento em pesquisa para alcançar o desenvolvimento de alta qualidade. Publicações e rankings acadêmicos

O ponto de partida para a conquista de novas fronteiras tecnológicas é o investimento em pesquisa universitária. Nos últimos anos, o país tem acelerado em sua capacidade de produção e publicação científica.

O principal exemplo é o da Universidade de Zhejiang, que liderou o ranking mundial Leiden 2025 com mais de 40 mil artigos científicos publicados.

Leia: Essas são as 10 melhores universidades da China

Além disso, no Nature Index, o indicador agregado da China superou o dos Estados Unidos em 2025, com a Academia Chinesa de Ciências registrando produção mais que o dobro da Universidade Harvard.

Ao todo, instituições chinesas ocupam sete das dez primeiras posições no ranking de qualidade de pes-

quisa do Nature Index 2025-2026. Patentes e **inovação tecnológica**

Depois das pesquisas universitárias, as tecnologias com utilização devem ser patenteadas e, neste aspecto, a China também se tornou o farol do mundo.

O país registrou aproximadamente 1,8 milhão de pedidos de patentes em 2024, mantendo a liderança global pelo segundo ano consecutivo, segundo o relatório World Intellectual Property Indicators 2025 da OMPI.

Leia também: Mais sofisticadas e mais valiosas: patentes chinesas mudam o jogo da inovação global

Em pedidos internacionais pelo sistema PCT (Tratado de Cooperação em Matéria de **Patentes**), a China depositou 70.160 solicitações em 2024 - o maior volume do mundo - , à frente dos Estados Unidos, com 54.087. Ao final de 2025, o estoque de **patentes** de invenção válidas no país chegou a 6,32 milhões, crescimento de 11,1% em relação ao ano anterior.

O cluster Shenzhen-Hong Kong-Guangzhou liderou o ranking global de polos de inovação da OMPI, respondendo por 2,4% das publicações científicas mundiais e 9% dos pedidos de patentes no sistema PCT. Investimento em P&D; atinge patamar histórico

Tudo isso é fruto de um amplo investimento do país em pesquisa, ciência e tecnologia, pontos nevrálgicos da ideia de desenvolvimento de alta qualidade do presidente Xi Jinping.

O total de gastos em pesquisa e desenvolvimento alcançou 3,93 trilhões de yuans (aproximadamente 551 bilhões de dólares) em 2025, aumento de 8,1% em relação ao ano anterior e equivalente a 2,8% do PIB.

O financiamento à pesquisa básica ultrapassou 280 bilhões de yuans, superando pela primeira vez o limite de 7% do total investido em P&D.;

Leia também: A ascensão científica da China assusta os EUA

Continuação: Uma potência da inovação: os números que mostram a China na vanguarda da ciência e tecnologia mundial

O governo projeta crescimento médio anual de pelo menos 7% nos gastos com pesquisa durante o período 2026-2030, a partir do 15º Plano Quinquenal. Decisão política planejada

Em discurso no China Development Forum 2026, realizado em Pequim em 22 de março de 2026, o premier Li Qiang atribuiu as vantagens competitivas da indústria chinesa a "reformas persistentes e desenvolvimento orientado pela inovação".

Li rejeitou a interpretação de que subsídios seriam o fator determinante do desempenho industrial do país, reafirmando o compromisso chinês com a abertura econômica em "alto padrão" e com marcos de comércio internacional considerados equitativos

pelo governo.

Segundo o premiê, o novo Plano Quinquenal é o "roteiro estratégico" para o crescimento, com metas explícitas para expansão da economia digital e criação de centros de inovação científica e tecnológica. Para saber mais sobre a história e a atualidade do país, leia a coluna China em Foco aqui na Revista Fórum.

INPI decide que Mondelez perdeu marcas Ploc e Ping Pong

A Mondelez perdeu no **INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial)** o direito às marcas dos chicletes Ploc e Ping Pong (o primeiro fabricado no Brasil). A ASC Brands & Entertainment **Marcas**, Consultoria e Produtos Ltda pediu ao órgão a caducidade de 15 marcas ligadas aos dois produtos.

Segundo a Lei de **Propriedade Intelectual** brasileira, isso acontece quando a companhia que é dona da marca não a utiliza por período ininterrupto de cinco anos após a concessão do registro, quando é interrompido por mais de cinco anos consecutivos ou se é utilizada de forma diferente da que foi registrada.

Dos 15 pedidos de caducidade, a Mondelez, por meio da sua subsidiária Intercontinental Great Brands, apresentou defesa em duas. Ambas foram rejeitadas pelo Instituto.

A ASC afirma conversar com parceiros sobre a possibilidade de relançar os dois produtos.

O Ping Pong foi o primeiro chiclete vendido no Brasil, lançado pela Kibon, em 1945. Atingiu fama no país por causa das figurinhas de diferentes temas.

Ploc foi colocado no mercado em 1968 pela empresa Q-Refres-Ko e se tornou um dos mais vendidos no país entre as décadas de 1970 e 1990 por causa, em parte, de colecionáveis que eram encartados na embalagem.

Em sua defesa, a Mondelez afirmou que o pedido da ASC era um abuso de direito e que ela "irá colher onde não plantou e irá colher frutos de plantação e investimentos alheios, o que não é permitido pela legislação brasileira."

Mas no documento, a multinacional reconhece ter vendido os chicletes pela última vez em 2015. Disse ter "um projeto sério de relançamento dos produtos."

Para a ASC, a Mondelez apresentou uma admissão de culpa ao reconhecer que não utiliza as marcas há 11 anos.

A coluna entrou em contato com a Mondelez por e-mail em três diferentes momentos nesta terça-feira (7) para obter um posicionamento da empresa e perguntar se ela pretende entrar com ação para reverter a decisão. Não houve resposta até o momento.

O futuro das indicações geográficas no patrimônio alimentar



Por Anita Mattes, Eloyse Davet. Proteção reconhece território, tradição e identidade coletiva como ativos centrais do produto.

As indicações geográficas são frequentemente discutidas no contexto da **propriedade intelectual** como um instrumento de diferenciação econômica, agregação de valor e proteção da origem de produtos e serviços. Mas essa acepção pode suscitar reflexões complexas quando vista pela lente da alimentação. Afinal, quando protegemos a origem ou a reputação de um produto, estamos apenas protegendo um sinal distintivo no mercado, ou também o modo de criação, as memórias e os territórios que o tornam culturalmente distinto?

O **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** concedeu, em 2024, à Língua Blumenau, patrimônio tradicional alimentar da comunidade imigrante alemã, o registro de Indicação Geográfica (IG), na modalidade Indicação de Procedência (IP). O reconhecimento, que abrange 16 municípios do Vale e Alto Vale do Itajaí, não apenas valida a reputação da região como base da produção e do consumo de um produto cuja identidade deriva da história dos colonos, além de cancelar um ativo turístico-cultural que define a tradição cotidiana desses imigrantes e se projeta nos inúmeros festivais gastronômicos da região.

O reconhecimento reafirma um produto que é referência regional em festivais, circuitos gastronômicos e no cotidiano catarinense. Mas, para além da celebração, casos recentes na justiça brasileira nos convidam a refletir sobre a força e os limites dessa proteção.

Recentemente, a Justiça Federal de Florianópolis, em sede cautelar, reafirmou a validade das regras estabelecidas pelo **INPI** ao ser questionada sobre a legalidade da nota técnica, emitida pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), determinando que os estabelecimentos localizados fora da área de indicação geográfica não poderiam mais usar a nomenclatura e deveriam readequar os rótulos em 180 dias.

A liminar judicial manteve a restrição do uso do nome apenas aos produtores que seguem as normas do Caderno de Especificações Técnicas e que estão localizados na delimitação geográfica aprovada que abrange 16 municípios catarinenses, correspondendo ao território original do antigo município de Blumenau (conforme os limites de 1894) e áreas de colonização alemã adjacentes. Essa decisão é interessante porque consolida o entendimento de que a Indicação Geográfica não é um direito individual, mas um ativo coletivo exclusivo de sua região de origem histórica. A Indicação Geográfica funciona como um selo de identidade para produtos originários de uma localidade específica, nos casos em que sua qualidade ou prestígio são essencialmente atribuídos à procedência.

Caso da língua Blumenau reforça valor jurídico e simbólico das tradições regionais. Freepik



Caso da língua Blumenau reforça valor jurídico e simbólico das tradições regionais. Caso da língua Blumenau reforça valor jurídico e simbólico das tradições regionais.

Conforme estabelece o Art. 22.1 do Acordo TRIPS da OMC, o instituto protege o vínculo essencial entre o produto, o território de origem e as técnicas

tradicionais de produção. No Brasil, a Lei nº 9.279/1996 fundamenta esse arcabouço. A Indicação de Procedência protege o nome geográfico que se tornou conhecido pela produção de um bem, focando na reputação construída ao longo de gerações.

Diferente de outros bens industriais, o alimento é carregado de camadas de sociabilidade e pertencimento. A Linguça Blumenau nasceu do autoconsumo e da economia de colonos, transformando-se em um símbolo de identidade étnica e cultural que conecta Santa Catarina a tradições europeias. O que torna esse produto único não é apenas a técnica fria, mas práticas herdadas, adaptações locais e repertórios simbólicos que já existiam antes mesmo de o selo existir. Nesse contexto, o propósito das IGs ultrapassa a rotulagem de origem ao exercer funções socioeconômicas e culturais de grande relevância.

Para que uma Indicação Geográfica ganhe existência jurídica, ela exige uma delimitação da área e a sua consolidação por meio de um Caderno de Especificações Técnicas. Este documento não é apenas uma barreira burocrática, mas define os termos específicos do produto objeto da IG, no caso, da "verdadeira" Linguça, como: tipo de carne, porcentagem de gordura, adição de ingredientes e aditivos, processo de moagem, tipo de defumação, se um produtor está fora ou dentro da área delimitada. O limite geográfico, no caso em questão, foi determinado a partir de sobreposição de mapas com fatores econômicos e humanos que tornaram a região conhecida como centro de produção da Linguça (de) Blumenau.

O desafio, entretanto, reside em garantir que essa padronização necessária para o direito não engesse a natureza viva da tradição. A proteção legal deve funcionar como um ecossistema que protege a reputação do território contra a concorrência desleal, sem permitir que a lógica meramente comercial se sobreponha à pluralidade das pequenas produções artesanais que deram origem à fama do produto.

Em última análise, a vitória judicial da Linguça Blumenau sinaliza um amadurecimento na proteção do patrimônio imaterial brasileiro. O caso demonstra que o valor de um produto de origem não está apenas na etiqueta, mas na permanência dos laços sociais e territoriais que ele representa.

O futuro das Indicações Geográficas na alimentação depende, portanto, da nossa capacidade de transformar o selo em um instrumento de desenvolvimento sustentável. Mais do que uma reserva de mercado, a IG deve ser um compromisso ético com a continuidade: assegurar que a valorização econômica do produto reverta em dignidade para quem mantém viva a memória técnica e cultural, garantindo que o que chega à mesa do consumidor seja, de fato, um pedaço preservado da história catariense.

O texto acima expressa a visão de quem o assina, não necessariamente do Congresso em Foco. Se você quer publicar algo sobre o mesmo tema, mas com um diferente ponto de vista, envie sua sugestão de texto para .

Anita MattesEloyse Davet

Atlético e Galo da Madrugada fecham acordo e encerram disputa judicial por marca



O Clube Atlético Mineiro e o Galo da Madrugada firmaram acordo para encerrar a ação judicial que tramitava na Justiça Federal no Rio de Janeiro envolvendo o uso da marca "Galo". As partes informaram que solicitaram a extinção do processo.

O entendimento reconhece os direitos marcários de ambas as instituições e estabelece compromissos para a utilização da expressão em diferentes áreas de atuação.

Pelo acordo, o Galo da Madrugada mantém os direitos sobre a marca "Galo Folia", conforme registro concedido pelo **INPI**, e se compromete a não solicitar novos registros com a expressão "Galo" para atividades esportivas.

O Atlético, por sua vez, não contestará os registros já existentes do bloco carnavalesco e não se oporá a novos pedidos que utilizem a expressão "Galo" em áreas culturais, de eventos e entretenimento, desde que não envolvam atividades esportivas.

O clube mineiro também assumiu o compromisso de não requerer registro de marcas com o termo "Galo" voltadas a eventos carnavalescos.

As duas instituições destacaram o caráter colaborativo das negociações e o respeito mútuo durante as tratativas.

Índice remissivo de assuntos

Inovação	7,8
Marco regulatório INPI	9,10,11,12
Patentes	7,8
Propriedade Industrial	9,10,11
Propriedade Intelectual	1,2,3,4,5,6,9,10,11